

---

## Coleção *Camponeses e o regime militar*<sup>2</sup>

---

Fabrizio Teló<sup>1</sup>

A coleção *Camponeses e o regime militar* realiza um conjunto de publicações que resgatam as histórias de casos emblemáticos de violações de direitos humanos contra lideranças camponesas durante a ditadura civil-militar de 1964 a 1985, dando atenção também ao período pré-golpe, relatando que, em alguns estados, a repressão já era uma prática frequente. As publicações estão sob a organização de Marta Cioccarì, e o conselho editorial é formado pelos professores Moacir Palmeira, José Sergio Leite Lopes, Leonilde Servolo de Medeiros e pelos representantes do governo federal Caio Galvão de França, Gilney Viana e Roberto Nascimento.

A coleção é um desdobramento do livro *Retrato da repressão política no campo. Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, que mostra os casos mais conhecidos de repressão contra camponeses durante a ditadura e o período que a antecedeu. Desse conjunto, alguns casos foram escolhidos para que tivessem suas histórias aprofundadas e tornadas acessíveis, não apenas aos pesquisadores da academia, mas também a um público maior, à sociedade civil, especialmente a pessoas interessadas em conhecer as histórias de vida de lideranças dos movimentos sociais camponeses, que atuaram durante o regime civil-militar e sofreram as consequências por sua ação contestatória.

Até o momento já foram publicados dois livros: um que conta a história de vida de João Sem Terra, um líder camponês do Rio Grande do Sul, e outro que relata o conflito da Fazenda Japuara no Ceará nos anos 1970. Escrito pela jornalista Marcia Camarano, o primeiro livro da coleção, publicado em 2012, intitulado *João Sem Terra: veredas de*

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela UFSM. Mestrando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

<sup>2</sup> O autor agradece às professoras Marta Cioccarì (PPGAS/MN/UFRJ) e Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ) pelos comentários a respeito da resenha.

*uma luta*, conta a história de João Machado dos Santos (seu nome real), que participou da criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master) e de outras organizações. Ainda antes da ditadura, ele começou a sofrer perseguição política, especialmente após a eleição de Ildo Meneghetti ao governo estadual. Além de ser preso por diversas vezes, também foi torturado. Em 1963, ele participou da assembleia de fundação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura do Brasil (Contag), no Rio de Janeiro. Depois teve de se refugiar no Estado de Goiás, assumindo outra identidade a fim de não ser encontrado pela polícia. Lá, não deixou a política de lado. Organizou uma cooperativa, liderou a organização dos garimpeiros e até candidatou-se a prefeito de seu município. No Rio Grande do Sul, começou-se a acreditar que João Sem Terra houvesse falecido, mas não se tinha nenhuma confirmação. O jornalista Carlos Wagner reuniu reportagens e escreveu um livro denominado *A saga de João Sem Terra* (1989). Em Goiás, um amigo de João comentou com ele sobre a publicação e, a partir disso, viabilizou-se o seu retorno ao Rio Grande do Sul, onde novamente candidatou-se a cargos políticos. Trata-se de uma pessoa que abdicou da proximidade e do compromisso com a família para dedicar-se à causa política da reforma agrária. O livro é baseado fundamentalmente no documentário de Tereza Noll Trindade, lançado em 2010, que conta com depoimentos de João Sem Terra, de estudiosos do tema da reforma agrária e de familiares, incluídos seus filhos. A autora fez várias referências à dissertação de mestrado de Córdula Eckert, de 1984, que trata do tema, e ao livro do jornalista Carlos Wagner, citado anteriormente.

O segundo livro da coleção tem uma particularidade: o fato de ter sido escrito por um camponês que participou do processo relatado, o conflito da Fazenda Japuara, no Município de Canindé, no sertão do Ceará. Por isso, o título do livro é *Japuara: um relato das entranhas do conflito*. O autor é Francisco Blaudes Sousa Barros, filho de Francisco Nogueira Barros, conhecido como Pio Nogueira, o principal líder da resistência de Japuara. Nessa fazenda, com a mudança de proprietários, os posseiros começaram a ser expulsos por jagunços e por policiais em nome do Estado, com o aval do juiz. No intuito de lutar pela permanência na terra, resistiram à expulsão, resultando na morte de um camponês, um peão contratado pelo fazendeiro, um subdelegado e um soldado. Um grupo de cinco posseiros, dentre eles, Pio Nogueira e seu filho, o autor do livro, fugiram para a mata e ficaram cinco dias escondidos até serem resgatados por advogados que assessoravam a

federação dos trabalhadores e por uma equipe de televisão, além de um coronel da Polícia Militar. Foram levados para um presídio de Fortaleza e libertos depois de alguns meses.

No caso específico, Marta Cioccarì, coordenadora executiva da coleção, desempenhou papel decisivo, pois foi ela quem, em uma situação de trabalho de campo, se deparou com o material escrito pelo autor do livro e se prontificou a digitar os escritos e a buscar publicá-los. Foi realmente uma ideia muito pertinente já que uma história contada por quem vivenciou a situação é muito diferente de uma história contada por terceiros. Há uma maior riqueza de detalhes que só quem experienciou, de fato o processo, tem condições de relatar. Ademais, são raras as oportunidades de camponeses que sofreram com a repressão da ditadura publicarem uma versão própria de suas histórias.

Não é objetivo desta resenha tecer críticas teórico-metodológicas aos autores dos referidos trabalhos, já que não se trata de publicações estritamente acadêmicas. O que se aspira é realçar alguns elementos que demonstrem a importância da publicação dos primeiros volumes de *Camponeses e o regime militar* para o atual momento, caracterizado por uma agenda pública que dá um peso maior às questões relacionadas à memória dos fatos ocorridos durante a ditadura, especialmente a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade e de outras comissões da verdade estaduais e municipais.

O seu objetivo, segundo o texto de apresentação, é romper com o silêncio da ditadura civil-militar que o Brasil vivenciou de 1964 a 1985, chamando a atenção para a parceria Estado-latifúndio que se fez sentir muito forte nesse período, intensificando a já existente repressão contra trabalhadores rurais. O exemplo mais comum desse tipo de parceria são os acordos entre atores estatais, como policiais e juizes, com grileiros e proprietários de terras, a fim de facilitar a expulsão de posseiros das fazendas, seja através da repressão direta com o uso da força armada, seja por meio da omissão diante de crimes cometidos por jagunços contratados por grileiros.

As duas publicações demonstram ainda que a repressão não se restringiu apenas aos líderes camponeses, mas também às pessoas que lhes eram próximas, especialmente em situações de fuga. Os familiares, muitas vezes, eram torturados para que dessem informações sobre o paradeiro do ente foragido. Francisco Blaudes Barros, por exemplo, teve uma irmã e um irmão torturados para saber do paradeiro do pai que estava fugindo da polícia em decorrência do conflito. O irmão tinha sete anos na época e ficou com traumas psicológicos sérios durante o resto da vida.

Esta coleção busca tornar mais acessível o conhecimento da história visando promover um fortalecimento da sociedade civil, na medida em que este conhecimento pode estimular a atuação política mais autônoma e consciente. Com a justificativa de impedir o avanço das organizações comunistas, o Estado brasileiro, durante o regime civil-militar, reprimiu violentamente as iniciativas contestatórias nos meios urbano e rural. Neste último, por sua vez, eram mais comuns os casos em que a repressão se dava por meio de uma colaboração entre o Estado e agentes privados. Trazer esse tema para o debate atual nos faz pensar nos mecanismos através dos quais esta parceria Estado-latifúndio continua existindo, não obstante o fim da ditadura, e nos faz questionar de que forma a participação política dos camponeses é restringida em função desta parceria.

### Referências bibliográficas

- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo. Brasil, 1962-1985: camponeses torturados, mortose desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.
- CONCEIÇÃO, Manoel da. *Esta terra é nossa*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ECKERT, Córdula. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul (1960-1964)*. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 1984.
- SILVA, José P. da. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- WAGNER, Carlos. *A saga de João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

CAMARANO, Marcia. *João Sem Terra: veredas de uma luta*. Brasília: MDA, 2012, p.101.

BARROS, Francisco B. de S. *Japuara: um relato das entranhas do conflito*. Brasília: MDA, 2013, 221p.

## **Normas para apresentação de texto**

1. São aceitos textos na forma de artigo, resenha ou comunicação de pesquisa.

2. Cabe ao Conselho Editorial a decisão final sobre a publicação dos textos.

3. Os originais apresentados não devem ter sido publicados em outra revista.

4. Os originais serão submetidos a pelo menos dois consultores que emitirão pareceres sobre a pertinência de sua publicação.

5. A correção gramatical e o estilo são de responsabilidade dos autores. A redação do texto deve obedecer o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2008. [https://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6583.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2007-2010/2008/decreto/d6583.htm).

6. O Conselho Editorial reserva-se o direito de introduzir modificações que julgar convenientes, assim como recusar os originais que não preencham os requisitos da política editorial e da correção gramatical.

7. Os trabalhos devem ser entregues em duas cópias impressas em papel A4 e com uma versão eletrônica contendo apenas título, resumo, abstract e texto integral, sem identificação do autor.

8. É necessário conter uma carta de envio - uma cópia impressa e assinada e uma versão eletrônica - com endereço postal e eletrônico, telefone e breve referência acadêmica ou profissional do(a) autor(a) e cessão à revista de todos os direitos autorais referentes aos trabalhos publicados. Qualquer identificação de autor(a) deve constar em folha ou arquivo separado do texto.

9. O autor(a) poderá indicar fonte/s de financiamento da pesquisa na carta de envio para os editores, no momento da submissão.

10. É necessário incluir um resumo em português (máximo de 100 palavras) com três palavras-chave e um abstract em inglês (máximo de 100 palavras), com três key words.

11. Os artigos deverão ter em torno de 25 laudas, as comunicações de pesquisa, 5 e as resenhas, 4 laudas.

12. Os textos devem ter página no formato A4, estar em arquivo .DOC, usar fonte Times New Roman tamanho 12 e espaço duplo entre linhas.

13. Cada lauda numerada deve conter cerca de 28 linhas digitadas em espaço duplo.

14. As notas de rodapé devem ser restritas ao mínimo.

15. As referências bibliográficas devem obedecer as normas da NBR 6023 da ABNT.